

## Empreendedorismo e sustentabilidade: um novo “velho” paradigma do desenvolvimento

Paulo Roberto Benegas de Morais<sup>1</sup>

Antonio Sergio Torres Penedo<sup>2</sup>

Vinícius Silva Pereira<sup>3</sup>

**Resumo:** Para atingir o objetivo desse trabalho que é a convergência dos três pilares principais: Empreendedorismo, Sustentabilidade e Capital Social em Educação, este artigo apresenta uma revisão teórica sobre a sustentabilidade nos mais diversos segmentos da sociedade civil, empresarial e governamental. Para realizar essa revisão temática, foi definido como assunto da pesquisa e por consequência palavras chaves: empreendedorismo; desenvolvimento local; sustentabilidade. O período de pesquisa foi entre dezembro de 2014 à fevereiro de 2015. Os sites de busca foram: <http://www.teses.usp.br>; <http://www.periodicos.capes.gov.br>; <http://www.scielo.br>; <http://scholar.google.com.br>; <http://ciencia.science.gov>; <http://www.science-direct.com>; <http://bdtd.ibict.br>; <http://eric.ed.gov/>. Como resultado encontrado observou-se que no alcance desse modelo sustentável, não apenas novos padrões de produção e distribuição de bens e serviços e do uso dos recursos naturais devem ser almejados, mas necessita-se também repensar os padrões de consumo das próprias pessoas. Não só o esforço das organizações que desenvolvem e oferecem seus produtos e serviços sociais, mas também um posicionamento firme do poder público. Apoiar, capacitar, acompanhar e financiar a geração atual e futura dos empreendedores sociais e privados é crucial para se aumentar o estoque de Capital Social local. Pode-se concluir que a participação civil na criação e condução de projetos ou empreendimentos sociais é elemento fundamental na geração de capital social que só se concretiza na existência de capital humano ou, em última análise, com a participação de empreendedores privados e sociais. Nessa perspectiva a Educação Empreendedora pode trazer uma grande contribuição para a construção de uma sociedade economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente; Responsabilidade Socioambiental; Desenvolvimento Sustentável; Educação Empreendedora; Capital Social.

<sup>1</sup> Doutorando em Tecnologia pela Universidade de Campinas FT UNICAMP, mestre em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto FEARP USP (2009), Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Artes de Limeira FAAL (2006), formado em Processamento de Dados pela Fundação Educacional Guaçuana FEG (1992), RD certificado pela ABNT e auditor líder da qualidade certificado pela BVQI/RAD/USA. Professor convidado do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação da Indústria Animal da FZEA/USP nas disciplinas de Empreendedorismo e Finanças (2013/2014) atualmente está vinculado ao Laboratório de Informática, Aprendizagem e Gestão LIAG na FT UNICAMP.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2011); Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo - USP (2005) e Graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2002). Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Federal de Uberlândia - UFU na Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN, Professor da Universidade Aberta do Brasil (UAB) vinculado ao curso de Administração Pública da FAGEN - UFU e Docente Efetivo do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN/UFU. Pesquisador no grupo de Finanças na FAGEN - UFU, no Programa de Apoio à Produção e Operações da FEARP - USP, Pesquisador no Grupo de Pesquisa GEPRES - Grupo de Extensão e Pesquisa em Redes Sociais na FAGEN-UFU, Pesquisador no Núcleo de Estudos Aplicados à Gestão Integrada de Operações (NEAGIO) na FAGEN - UFU. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública em Saúde na FAGEN-UFU.

<sup>3</sup> Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - FGV Docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN - Uberlândia - MG - Brasil

## Employment and sustainability: A new “old” development paradigm

**Abstract:** In order to achieve the goal of this work, which is the convergence of the three main pillars: Entrepreneurship, Sustainability and Social Capital in Education, this article presents a theoretical analysis on sustainability in the most diverse segments of civil society, business and government. To carry out this thematic review, it was defined as the subject of the research and consequently key words: entrepreneurship; local development; sustainability. The search period was between December 2014 and February 2015. The search sites were: <http://www.teses.usp.br>; <http://www.periodicos.capes.gov.br>; <http://www.scielo.br>; <http://scholar.google.com.br>; <http://ciencia.science.gov>; <http://www.sciencedirect.com>; <http://bdtd.ibict.br>; <http://eric.ed.gov/>. As a result, it was observed that not only new patterns of production and distribution of goods and services and the use of natural resources should be sought, but also the people's consumption patterns need to be rethought. Not only the efforts of the organizations that develop and offer their social products and services, but also a firm positioning of the public power. Supporting, training, monitoring and financing the current and future generation of social and private entrepreneurs is crucial to increase the stock of local social capital. It can be concluded that civil participation in the creation and conduction of social projects or enterprises is a fundamental element in the generation of social capital that only materializes in the existence of human capital or, ultimately, with the participation of private and social entrepreneurs. From this perspective, Entrepreneurial Education can make a great contribution to the construction of an economically viable, environmentally correct and socially just society.

**Keywords:** Economic Development; Environment; Socio-environmental Responsibility; Sustainable Development; Entrepreneurial Education; Social Capital.

### Introdução

O desenvolvimento pode ser entendido como um processo dinâmico de melhoria, processo este que implica em mudanças, evolução, crescimento e avanço. O progresso gerado pelo desenvolvimento das ciências e tecnologias pode ser percebido nos mais diversos setores da economia e da vida social como na inovação de produtos, nas redes de comunicações, produção de combustíveis e na geração de energia. Por outro lado, todo esse progresso não evita que os diversos impactos sociais e ambientais decorrentes surjam e que estes possam tornar o modelo atual de desenvolvimento simplesmente insustentável.

De acordo com Rattner (2003), a experiência das duas últimas décadas evidencia amplamente que não é o maior crescimento econômico, mas a qualidade deste, que determina a medida do aumento do bem-estar. Outro exemplo marcante desse posicionamento é o chamado relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, documento publicado em 1987 com o título “Nosso Futuro Comum”, que aponta para os riscos que o modelo adotado pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento podem trazer ao planeta e às sociedades (WCED, 1987).

Para discutir e propor meios de harmonizar os objetivos de desenvolvimento econômico, social e conservação ambiental a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas em 1983 e presidida pela médica Gro Harlem Brundtland, que empresta o nome ao relatório de 1987, propôs uma definição para o chamado desenvolvimento sustentável (DS) como sendo o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Devido a ausência de pesquisas, o objetivo desse trabalho que é a convergência dos três pilares principais:, o seguinte artigo apresenta - em uma revisão temática - uma análise sobre as sociedades sustentáveis, o capital social, empreendedorismo e educação empreendedora visando encontrar ferramentas de cooperação para buscar formas de preservar o planeta. Uma vez que esta discussão é de extraordinária

importância para compreender os resultados impetrados e quanto a temática ainda necessita progredir, o estudo se releva em sua importância extra-conceitual.

## Metodologia

Para Miles e Huberman (1994), a pesquisa qualitativa consente que o pesquisador propicie informações apropriadas sobre tópicos como comportamento humano ou organizacional. Godoy (1995), mostra que pesquisas qualitativas impetram informações sobre pessoas, lugares e processos guiada por um caminho que permite a observação e análise da situação estudada. O método escolhido para esta pesquisa propicia reflexão e compreensão do contexto do problema, com uma metodologia exploratória que permite avaliar um problema.

Conforme Godoy (1995) e Gil (2007), o método qualitativo se ajusta a uma ampla variedade de métodos de trabalho, modos de análise e exibição de efeitos e diferentes considerações. Quanto ao método de pesquisa, assume-se que o conteúdo deste trabalho investigativo e exploratório, ampliado com o objetivo de realizar uma revisão temática fundamentado no interesse de ampliar o conhecimento sobre a convergência dos três pilares Empreendedorismo, Sustentabilidade e Capital Social em Educação. Assim foi definido como assunto da pesquisa e por consequência palavras chaves: empreendedorismo; desenvolvimento local; sustentabilidade. O período de pesquisa foi entre dezembro de 2014 à fevereiro de 2015. Os sites de busca foram: <http://www.teses.usp.br>; <http://www.periodicos.capes.gov.br>; <http://www.scielo.br>; <http://scholar.google.com.br>; <http://ciencia.science.gov>; <http://www.sciencedirect.com>; <http://bdtd.ibict.br>; <http://eric.ed.gov/>.

## Sociedades sustentáveis e o capital social

Conforme Sequinel (2002), após trinta anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo e dez anos após a ECO-Rio92, ocorreu na África do Sul em 2002 a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Esse evento que ficou conhecido como Rio+10 reforça a visão que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, reconhecendo a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

Para Calder e Clugston, (2003) a necessidade de edificação desses pilares colocou a educação no centro das discussões sobre a sustentabilidade de forma que a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, lançou o programa Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014. O Projeto de Implementação Internacional (PII) proposto fundamenta a sociedade, ambiente, economia e cultura como os quatro elementos principais do Desenvolvimento Sustentável.

O compartilhamento da visão entre os líderes das principais nações do mundo sobre os problemas e as possíveis alternativas de enfrentamento, que poderiam ser adotadas para se buscar uma sociedade mais sustentável, contribuiu para o processo de difusão de um nível de consciência que extrapolaria as instâncias governamentais para alcançar outros setores da sociedade e envolver governos, empresas, organizações não governamentais, entidades representativas de trabalhadores, órgãos de classes, comunidades e pessoas.

Nesse esteio, em 2012 foi realizada novamente no Brasil a Conferência das Nações Unidas para o

Desenvolvimento Sustentável, vinte anos após a ECO-Rio92, batizada desta vez como Rio+20. Entre suas principais propostas figurava a necessidade de avaliar e reforçar compromissos assumidos anteriormente além de tentar estabelecer novos compromissos com base nas questões emergentes. O eixo central proposto foi o de estabelecer uma transição das economias verdes para as sociedades verdes em uma clara alusão à necessidade de se construir sociedades que sejam realmente sustentáveis (UNESCO, 2012).

Face ao imenso desafio de promover o DS, cresce a relevância de se repensar as formas de organização social, política, econômica e empresarial diante da perspectiva de que a natureza do problema exige uma abordagem ampla e integradora dos diferentes setores da sociedade.

Esse desafio convida a sociedade a construir ferramentas e técnicas visando novas alternativas afim de promover o seu próprio desenvolvimento, inovando em termos de tecnologias sociais, geração de emprego e renda, criação de novas formas de inserção social, acesso à terra, moradia e aos demais serviços sociais básicos rumo ao caminho para a sustentabilidade (MILANI, 2003; RATTNER, 2003).

Esse caminho envolve a mobilização e a participação dos diversos atores sociais como o poder público, as empresas, os trabalhadores e as organizações sociais em torno de ações sustentáveis no intuito de aumentar o chamado Capital Social e o desenvolvimento local das comunidades que compõe essa sociedade. O conjunto da sociedade emerge então como elemento fundamental na solução dos problemas de geração e de acesso aos benefícios sociais, ambientais e econômicos produzidos (PUTNAM, 1995; GROO-TAERT, BASTELAER, 2001).

As formas associativas que tecem as redes sociais e os mecanismos de participação e exercício cívico e comunitário representam fatores de grande importância na construção coletiva do desenvolvimento local. Esta construção é influenciada ainda por diversos outros fatores como os sociais, econômicos, políticos, religiosos, comportamentais e culturais, que interferem diretamente na forma do convívio e na interação dos diversos atores sociais (RATTNER, 2003).

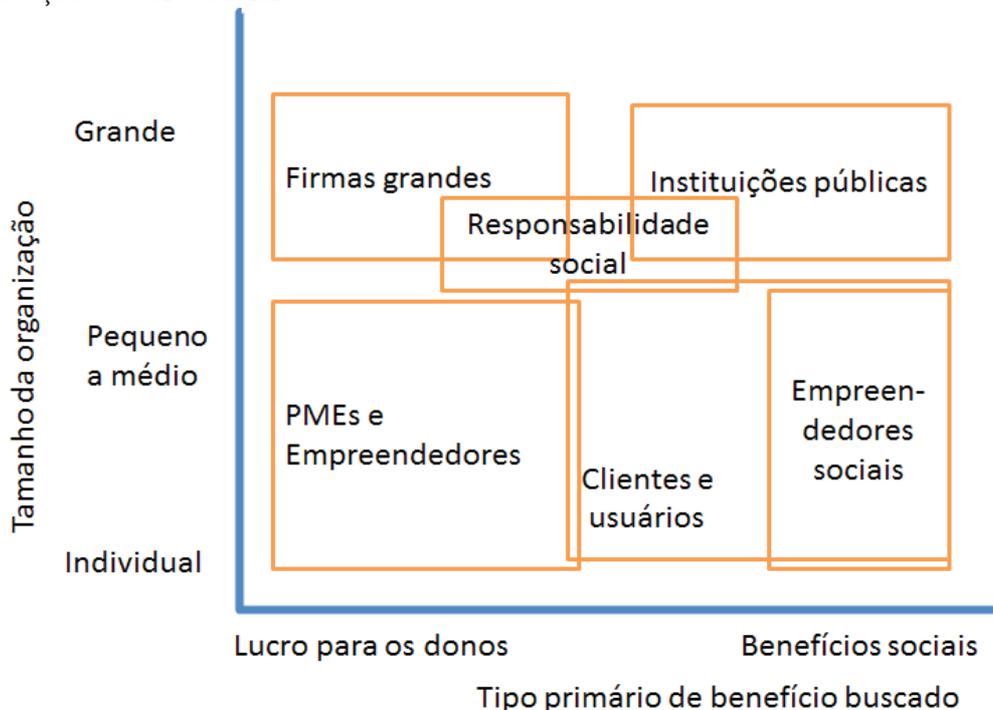
Como resultado da atuação e interação dos atores sociais o desenvolvimento local surge como o conjunto das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas que compõem o trabalho de transformação da realidade local, de forma consciente e projetada. Essa atuação configura o principal papel dos agentes de transformação social que é o de empreender atividades transformadoras da realidade local para produzir benefícios econômicos, ambientais e sociais (MORAIS, 2005).

O capital social refere-se a aspectos da organização social como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação dos indivíduos para benefício mútuo (PUTNAM, 1995). Portanto, o Capital Social trata do acúmulo de experiências participativas e organizacionais que ocorrem na base de uma comunidade ou sociedade, reforçando os seus laços de solidariedade, cooperação e confiança, entre pessoas, grupos sociais e entidades que buscam a melhoria e, em última análise, a sustentabilidade (MASCARENHAS, 2005).

A investigação sobre o Capital Social ganhou maior projeção a partir dos estudos do Banco Mundial que resultaram na elaboração de conceitos e proposituras em torno da natureza do Capital Social e das formas práticas de desenvolvê-lo como forma de direcionar os projetos do próprio banco em prol do desenvolvimento sustentável. O estudo reforça que o Capital Social se refere às normas e redes que permitem a ação coletiva. Ele engloba instituições, relacionamentos e costumes que formam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade. O mesmo estudo afirma que o Capital Social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que haja desenvolvimento sustentável. Para o Banco Mundial o Capital Social deve ampliar a eficácia dos projetos através da capacitação dos atores sociais visando atender às suas necessidades comuns, expandindo a inclusão e aumentando a transparência (GROOTAERT; BASTELAER, 2001).

Políticas de combate à fome e à pobreza organizadas pelos entes públicos, inovações geradas pelos diversos atores sociais são apontadas como formas de inovação social e que figuram juntamente com outros tipos de inovações (CASANOVA *et. al.*, 2011). A figura 1 apresenta a visão sobre a relação entre inovação e os diferentes atores sociais em função dos objetivos primários buscados e reforça a perspectiva de que existem áreas de interseção, e conseqüente potencial interação, entre os diversos atores.

Figura 1. Inovações e atores sociais



Fonte: adaptado de Casanova *et. al.* (2011)

A partir da figura 1 é possível imaginar os diferentes projetos que podem ser desenvolvidos por diferentes atores sociais ou pela combinação de esforços de alguns deles, como o de pequenos empresários promovendo ações de desenvolvimento sustentável com seus clientes e fornecedores por meio de parcerias com organizações não governamentais ou de uma grande corporação somando esforços com o poder público através de seu departamento de responsabilidade social para oferecer alternativas sustentáveis para determinado projeto social. Seguindo essa visão mais pragmática de Grootaert, Bastelaer (2001) sobre o desenvolvimento do Capital Social o estudo do Banco Mundial apontou algumas dimensões que compõem um quadro de implementação de ações que visam esse desenvolvimento. São elas:

**Grupos e Redes** – Suporte organizacional e atividades sociais são cruciais para criar pontes e conexão do capital social. O compromisso das pessoas em se organizarem e mobilizar recursos para resolver problemas de interesse comum representa algumas das saídas de grupos sociais que aumentam ou constroem o capital social. A eficácia dos grupos ocorre na medida em que eles podem ajudar a divulgar informações, reduzir o comportamento oportunista e facilitar a tomada de decisão coletiva, porém isso depende de muitos aspectos desses grupos e reflete a sua estrutura, composição e funcionamento.

**Confiança e Solidariedade** - Estes elementos informais e subjetivos do comportamento interpessoal influenciam o pensamento e as atitudes das pessoas sobre o processo de interagir com os outros.

**Ação Coletiva e Cooperação** - A prestação de muitos serviços requer a ação coletiva de um grupo de indivíduos. Os efeitos da ação coletiva podem diferir amplamente entre as comunidades. Em alguns lu-

gares, a ação coletiva consiste principalmente de comunidades organizadas em atividades para construção e manutenção de infraestrutura e para a prestação de serviços relacionados ao público.

**Coesão e Inclusão Social** - A coesão social se manifesta em pessoas que estejam dispostas e capacitadas em trabalhar juntas para atender às necessidades comuns, superar as restrições, e considerar a diversidade de interesses. Elas são capazes de resolver as diferenças de forma negociada e não conflitiva. A inclusão promove a igualdade de oportunidades e remove os obstáculos formais e informais de participação.

**Informação e Comunicação** - Informação e comunicação formam o cerne das interações sociais. Flui de cima para baixo a informação a partir do campo da política e de baixo para cima os fluxos a partir do nível local, que são componentes críticos do processo de desenvolvimento. Fluxos de informação horizontais reforçam a capacidade de articulação, fornecendo à sociedade civil um meio de conhecimento.

A inserção do tema nos círculos educacionais e sociais contribui também para o crescimento do nível de consciência das pessoas sobre o assunto não só em termos de preservação do meio ambiente, mas também em educação para o consumo sustentável (MEC, 2005). O papel dos consumidores ganha espaço importante nessa discussão, pois não há como se falar em sustentabilidade sem que se alterem alguns padrões predatórios de consumo.

Diante desse contexto as empresas e organizações sociais, inseridas diretamente na questão do desenvolvimento como atores protagonistas, se deparam com novos desafios. Se antes a geração de produtos, renda e riqueza eram os objetivos exclusivos para as empresas e a atuação social era um ato quase individual de altruísmo agora a questão que se coloca é a geração de negócios e organizações sociais que sejam economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas. Esse novo paradigma exige outro perfil de ator para empreender, de forma sustentável, esses negócios e organizações sociais e isso torna premente o entendimento da intersecção entre o Empreendedorismo e a Sustentabilidade.

## **Empreendedores e empreendedorismo**

Para empreender transformações que gerem desenvolvimento sustentável os indivíduos podem se dedicar às mais variadas atividades nos mais diversos aspectos da vida de uma comunidade como os sociais, políticos e econômicos como exposto anteriormente. Para alguns autores os diversos agentes do processo de transformação da realidade local podem ser classificados de acordo com o seu foco de atuação, ou seja, podem ser caracterizados pelas atividades que empreendem. Para essa abordagem existem diversos tipos de empreendedores e não somente os empreendedores empresários, aqueles que se dedicam a um negócio ou empresa (MORAIS, 2009).

Segundo Drucker (2004), o trabalho específico do empreendedorismo em uma empresa de negócios é transformar os negócios de hoje em negócios diferentes enquanto que para Schumpeter (1961) a essência do empreendedorismo está na percepção e no aprimoramento de novas oportunidades no âmbito dos negócios. Embora o conceito clássico do termo empreendedorismo esteja intimamente ligado à criação de novas empresas a expressão tem ganhado outras vertentes.

Empreendedores privados são, portanto, aqueles que se dedicam ao estudo das oportunidades e a criação de inovações, empresas e negócios com foco nas necessidades do mercado e na geração de lucro. Com a iniciativa desses atores as comunidades ganham com a geração de empregos e renda e com novos ou melhorados produtos e serviços, mas ganha também com a possibilidade de uma atuação mais participante dessas empresas e negócios na vida e na solução dos problemas das comunidades locais e regionais (MORAIS, 2009).

Para Pellman, Pinchot (2004), a expressão *intrapreneur* que resultou, em uma livre tradução, no termo intra-empendedor, é aquele que assume a responsabilidade de promover a inovação dentro de uma organização através da criação e aplicação de novos projetos. Para Hashimoto (2006) o intra-empendedor é o colaborador que inova, identifica e cria oportunidades, monta e coordena novas combinações ou arranjos de recursos para agregar valor.

Esse tipo de empreendedor interno está inserido nas empresas que visam lucro, mas também pode ser encontrado nas organizações que desenvolvem negócios sociais, trabalhando com projetos de identificação e aproveitamento de oportunidades e de desenvolvimento de inovações e melhorias em processos e produtos. Seu foco é na geração de valor para a empresa ou organização onde atua (ANGELO, 2003).

Para Hashimoto (2006) e Pellman, Pinchot (2004), as características e as principais diferenças entre o empreendedor empresário e o intra-empendedor dizem respeito aos seguintes aspectos:

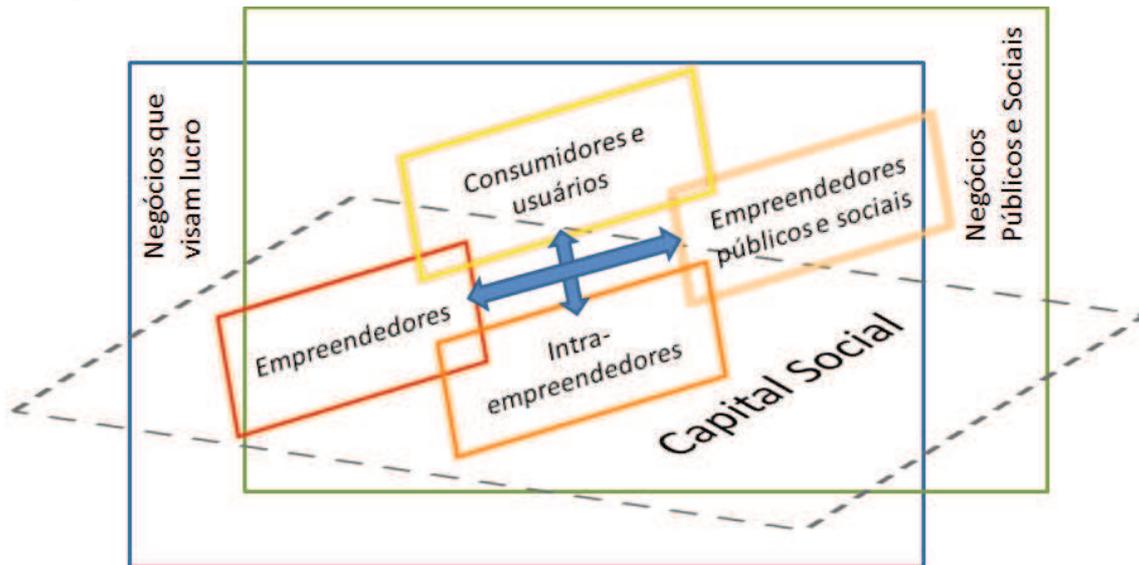
- Risco: o empreendedor assume os riscos, normalmente, de forma integral, o que pode transformar o fracasso em falência. No caso do intra-empendedor a corporação é quem assume o risco financeiro, o que torna o fracasso menos grave;
- Investimento: o intra-empendedor normalmente encontra a infra-estrutura do negócio pronta, em termos de investimentos, o empreendedor precisa montá-la;
- Cultura: o empreendedor quem concebe o negócio e desenvolve sua cultura em termos de visões e valores. O intra-empendedor precisa se adaptar a cultura existente alinhando suas aspirações pessoais com a visão corporativa;
- Motivação: o intra-empendedor é motivado, predominantemente, por um sentimento de realização ao passo que o empreendedor é motivado pela independência.

Para Froes e Melo (2002) existe ainda outra forma de atuação empreendedora relacionada à visão do empreendedorismo como uma política de ação do governo, das empresas e da comunidade como alternativa de promoção do desenvolvimento econômico e social local. Esse enfoque coloca o indivíduo e a sociedade como protagonistas do processo de desenvolvimento, sobretudo o sustentável.

Para a organização não governamental Ashoka o que caracteriza o empreendedorismo social é a ação visionária, criativa e empreendedora que promove mudanças sociais (ASHOKA, 2014). Para Froes e Melo (2002) o empreendedor social representa o paradigma do negócio do social que tem na sociedade o seu foco de atuação e na parceria com os atores envolvidos na sua estratégia.

Em síntese, seguindo por um caminho diferente daquele que propõem o conceito de que existem diversos tipos de empreendedores, o empreendedorismo pode ser abordado, por outro lado, como a competência humana de transformar a própria realidade e a realidade a sua volta, gerando benefícios sociais, ambientais e econômicos (MORAIS, 2005). A competência para empreender, portanto, pode ser traduzida, independentemente do tipo de atividade transformadora que o empreendedor decida desenvolver, seja ela econômica, política, cultural, social ou outra qualquer. A existência de empreendedores, segundo essa visão, favorece a geração e ampliação do Capital Social que, por sua vez, favorece a construção de uma Sociedade Sustentável. Assim se estabelece uma conexão entre Empreendedorismo, Capital Social e Sociedades Sustentáveis conforme se observa na figura 2.

Figura 2. Empreendedorismo e Capital Social



Fonte: Elaboração própria.

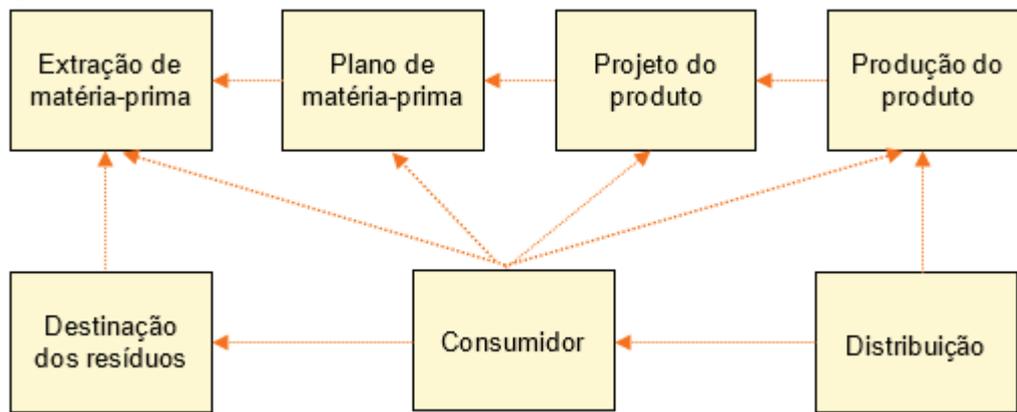
Quanto maior é o estoque de empreendedores (sociais, empresariais e internos) em uma sociedade, maior é a chance de desenvolvimento do Capital Social local, uma vez que esses agentes de transformação possuem condições de liderar os processos de comunicação, mobilização, articulação e execução que normalmente aplicam em suas atividades e projetos pessoais. Seguindo essa visão, o investimento na formação da competência para empreender entre os diversos atores locais, assim como a criação de espaços para a articulação conjunta desses atores são fatores de grande potencial para a geração de ações e projetos de sustentabilidade local e para o favorecimento da construção de uma sociedade mais sustentável.

### Sustentabilidade empresarial

Uma preocupação histórica das empresas diz respeito ao seu crescimento e, principalmente, a manutenção de sua viabilidade econômica. No empreender de suas atividades, as empresas ao gerar lucro, que é a remuneração do esforço empresarial, proporcionam a geração de emprego e renda que é um elemento decisivo para o desenvolvimento local.

Essas transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas têm afetado profundamente o comportamento das empresas em direção a uma intrínseca responsabilidade perante a sociedade e ao meio que as cercam. As questões que afetam as empresas e organizações envolvem decisões que sejam sustentáveis de um ponto de vista amplo (ROCHA; HANS; GONTIJO, 2005). Isso significa que as empresas passam a se preocupar não só com o nível de emissão de gases ou resíduos poluentes e o impacto causado por suas operações ao meio ambiente, mas também com a inserção de um planejamento que as tornem sustentáveis desde o projeto de produtos ou negócios até a destinação dos resíduos finais, gerados após a utilização pelos consumidores, conforme se observa na figura 3.

Figura 3. Etapas da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Rocha, Hans e Gontijo (2005).

Incorpora-se aí o conceito de ecoeficiência, ou seja, a empresa precisa ser economicamente rentável e ecologicamente correta (ROCHA; HANS; GONTIJO, 2005).

Outro aspecto emergente e de extrema importância no que tange à sustentabilidade empresarial diz respeito ao aumento da exigência da sociedade quanto à adoção e manutenção de padrões éticos e de responsabilidade social na atuação das empresas e organizações. No Brasil o movimento que se fortaleceu com o advento do Código de Defesa do Consumidor instituído em 1990 pela lei federal Nº 8.078 (BRASIL, 2014) já mostrou sinais de que os consumidores estão mais conscientes e atentos ao nível de responsabilidade em que as empresas e organizações têm pautado suas ações. Ainda um pouco confundida com o conceito de filantropia ou empreendedorismo social a responsabilidade social corporativa envolve o interesse pelo bem estar social juntamente com um melhor desempenho nos negócios e, conseqüentemente, maior lucratividade. A busca da responsabilidade social corporativa possui alguns fatores que a caracterizam. Na preocupação com todos os agentes envolvidos e não apenas com seus acionistas as empresas buscam também observar os interesses de funcionários, clientes, fornecedores, governo e comunidades onde estão inseridas. Mais do que uma mudança de comportamento das empresas, uma maior participação e preocupação com o bem comum representam também maior legitimidade do ponto de vista social (FROES; MELO, 2002; OLIVEIRA, 2004).

Todos os aspectos produtivos devem ser avaliados sob a ótica das questões ambientais e sociais. A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva e não somente ao produto final. Assim como os consumidores finais as empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos. Respeito e responsabilidade com relação ao ambiente e à sociedade garante preservação de recursos, parcerias duráveis e transparentes, melhoria na imagem da empresa e desenvolvimento sustentável além de prevenir riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social são, portanto, dois conceitos muito próximos (FROES; MELO, 2002; OLIVEIRA, 2004).

A demanda por transparência é crescente em muitas partes do globo. Além das informações contábeis auditadas as empresas são chamadas a divulgar sua atuação social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas preventivas e compensatórias aos danos socioambientais. Um exemplo importante nesse sentido foi a criação em 2005, no Brasil, do Índice de Sustentabilidade Empresarial, projeto que foi originalmente financiado pela International Finance Corporation - IFC, braço financeiro do Banco Mundial (BMF&BOVESPA, 2014). O índice foi idealizado para permitir a análise comparativa da performance

das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa com base na eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. O mesmo índice possibilita observar nas organizações o nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, transparência e prestação de contas além do desempenho nas dimensões econômicas, socioambiental e de alterações climáticas (ISE, 2014).

Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas é possível que num futuro próximo os relatórios socioambientais façam parte das demandas da sociedade ou até mesmo das obrigações legais das empresas.

As novas demandas pela sustentabilidade não têm gerado apenas exigências às empresas, mas também inúmeras oportunidades de negócios da chamada economia verde. A publicação Economia Verde da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo lista dezenas de oportunidades de negócios em tecnologias verdes como: produção de células fotovoltaicas para geração de energia elétrica; produção de equipamentos e de energia solar térmica; reciclagem de plásticos e bioplásticos; reciclagem de lixo tecnológico; parques tecnológicos para tecnologias verdes e iniciativas pró-ecologia industrial (SMASP, 2010).

Notadamente as empresas representam papel importante na geração de emprego e renda e no acesso aos suprimentos para as necessidades e comodidades humanas, mas há que se registrar a importância dos produtos e serviços sociais que são produzidos e fornecidos por organizações comandadas por empreendedores sociais.

### Empreendedorismo social

Vários trabalhos já foram publicados sobre o tema empreendedorismo social, mas não seria exagero afirmar que os contornos teóricos ainda estão sendo delineados. De forma a permitir uma aproximação desses conceitos, o Quadro 1 traça um paralelo entre os fatores que caracterizam o empreendedorismo, a responsabilidade social e o empreendedorismo social.

**Quadro 1.** Empreendedorismo, responsabilidade social e empreendedorismo social

<b>EMPREENDEDORISMO PRIVADO</b>	<b>RESPONSABILIDADE SOCIAL</b>	<b>EMPREENDEDORISMO SOCIAL</b>
Individual	Individual com possíveis parcerias	Coletivo e integrado
Produz bens ou serviços para o mercado	Produz bens ou serviços para si e a comunidade	Produz bens ou serviços para a comunidade
Foco no mercado	Foco no mercado atendendo a comunidade conforme a sua missão	Foco na busca por soluções para os problemas sociais e as necessidades da comunidade
Desempenho medido pelo lucro	Desempenho medido pelo retorno aos stakeholders	Desempenho medido pelo impacto e transformação social
Busca a ampliação do negócio	Busca a adição de valor e melhoria na imagem	Busca gerar capital social

Fonte: Adaptado de Froes e Melo (2002)

Como já abordado, as organizações sociais passaram de meras coadjuvantes para a condição de verdadeiras protagonistas do processo de desenvolvimento e transformação social. Isso significa que alguns segmentos da sociedade civil não se contentaram em trabalhar para o bem social apenas nas lacunas deixadas pelo poder público, por exemplo, e onde ele se mostrou incapaz de preencher em termos de saúde,

educação, meio ambiente, etc. A participação empreendida se mostrou muito mais ampla e abrangente.

Para Leadbeater (1997), os empreendedores que criam negócios sociais são inspirados por objetivos sociais e não por benefícios materiais. Criam produtos, serviços e processos que promovem o bem estar dos atores sociais envolvidos.

Esses empreendedores sociais, mobilizam pessoas a participarem de projetos sociais em suas comunidades voltados para soluções ambientalmente corretas e socialmente justas mantendo a condição elementar de serem economicamente viáveis. Além do respeito a essas premissas básicas, o empreendedorismo social é delineado também pela participação das comunidades na solução de seus próprios problemas com foco no desenvolvimento local, nas relações de solidariedade e cooperação, no desenvolvimento autônomo e autogestionário de cada pessoa e da comunidade e no estabelecimento de parcerias e alianças com todos os demais atores sociais como as empresas, governos e demais organizações sociais para a elaboração e condução dos projetos propostos (FROES; MELO, 2002).

A necessidade de uma abordagem profissional no planejamento, execução e acompanhamento dos projetos propostos implica na questão do desenvolvimento do capital humano dessas comunidades. Não só em ferramentas de gestão, na fase de racionalização dos projetos, mas também em todos os outros aspectos, em especial, o de capacitar para empreender. A comunidade que reunir pessoas capazes de empreender empresas, projetos, processos e negócios que geram empregos e renda, melhoram ou criam novos produtos gerando benefícios sociais certamente terá melhores condições para promover o desenvolvimento local sustentável (OLIVEIRA, 2004).

Além de todos os desafios legais e culturais o empreendedorismo social e o desenvolvimento sustentável devem superar ainda outros desafios tão importantes que dizem respeito às questões de educação, organização social, infraestrutura local e financiamento. A organização social é ao mesmo tempo um pilar para o desenvolvimento e um desafio para os empreendedores sociais. Mobilizar um amplo contingente de pessoas com diversas origens, crenças e valores assim como estabelecer uma base de infraestrutura local para que o empreendimento possa ser concretizado ou ainda conseguir linhas de financiamento e suporte financeiro para que ele seja mantido são exemplos de desafios que devem ser superados (MORAIS, 2009).

Diante do desafio de gerar capital humano e social para o desenvolvimento local sustentável é inevitável passar pela questão de educar para empreender. O papel das crianças e jovens é relevante nas construções do presente e indispensável do ponto de vista do futuro. Para que o efeito da construção do desenvolvimento local sustentável seja duradouro, a preparação de pessoas capazes de empreender soluções no futuro é tão importante quanto capacitar às pessoas no presente.

Nesse aspecto a escola e a educação tem um papel decisivo no processo de construir sociedades sustentáveis não só inserindo a problemática da sustentabilidade nas salas de aula como também dando uma contribuição efetiva para a formação de futuros empreendedores privados e sociais.

### **Educação empreendedora**

Como um dos principais pensadores da relação existente entre o empreendedorismo e a educação, Dolabela (2003) defende que a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade porque diz respeito à cultura que delineiam um modo de vida. Assim cabe ao professor, em grande medida, a tarefa de construir essa cultura específica, denominada cultura empreendedora, impedindo que as crianças se tornem prisioneiras de valores sociais não empreendedores ao contrário da abordagem da educação empreendedora para adultos que busca libertá-los desses valores, já arraigados. O empreendedorismo não

pode ficar fora do processo educacional.

Acúrcio (2005) propõe que a educação deve incorporar ações como saber identificar, aproveitar ou criar oportunidades e elaborar projetos para a consecução de metas, sonhos e objetivos. A construção do desenvolvimento humano e social, incluyente e sustentável, se apresenta como o eixo central dessa educação, considerando que a essência do empreendedorismo está na emoção do indivíduo, na energia que o leva a transformar a si próprio e a todos que estão ao seu redor. O quadro 2 apresenta a correlação entre três modelos de ensino.

**Quadro 2.** Modelos de ensino de referência à Educação Empreendedora

Aspectos	Pedagogia Diferenciada de Perrenoud	Pedagogia Empreendedora de Dolabela	Pedagogia da Competência
<b>Conhecimentos</b>	Saber analisar situações, relações e campos de forma sistêmica; Saber gerenciar e superar conflitos.	Saber conhecer: conhecimento sobre o sonho e seu ambiente.	Saber: o conteúdo propriamente dito.
<b>Habilidades</b>	Saber formar e conduzir projetos e desenvolver estratégias individualmente ou em grupo; Saber construir e estimular organizações e sistemas de ação coletiva do tipo democrático; Saber construir normas negociadas de convivência que superem diferenças culturais.	Saber fazer: específico e individual, dirige-se ao sonho e ao que é necessário para a sua realização. Capacidade incomum de trabalho, Orientação para o futuro.	Saber fazer relacionado com a prática do trabalho, transcendendo a mera ação motora.
<b>Valores/ Atitudes</b>	Saber identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, seus direitos, seus limites e suas necessidades; Saber cooperar, agir em sinergia, participar de uma atividade coletiva e partilhar liderança; Saber conviver com regras.	Saber conviver: rede de relações; Saber ser: fecunda a pulsão empreendedora. Perseverança, Iniciativa, Criatividade, Protagonismo, Comprometimento, Liderança.	Saber ser, atitude relacionada com julgamento, qualidade no trabalho, ética no comportamento, convivência participativa e solidária, iniciativa, criatividade, etc.

Fonte: Moraes, 2005.

Com isso surge a necessidade de traçar estratégias educacionais próprias que levem em conta o desenvolvimento das potencialidades humanas locais, a capacidade de associação dos membros da comunidade e a superação do desafio de encontrar os variados recursos necessários à realização de empreendimentos. Nesse aspecto a necessidade de aumentar a capacidade empreendedora é mais do que uma resposta aos problemas de desemprego mais sim uma decorrência direta de novos padrões de relações sociais e políticas que englobam questões como a viabilização de formas não hierárquicas de concepção e organização da sociedade (estrutura em forma de rede) e o incentivo à inovação de indivíduos e grupos.

Em função da importância do conjunto que engloba a identificação de oportunidades e geração de novos conhecimentos que possam produzir bens sociais e econômicos, o sistema educacional deve rever seu currículo e suas formas de lidar com o conteúdo considerando que o espírito empreendedor é um potencial presente em qualquer ser humano e que esse potencial se materializa e produz efeitos diante de condições indispensáveis como um ambiente de democracia e cooperação. O espírito empreendedor como capital humano se desenvolve como uma competência humana e um componente relevante do capital social.

Perrenoud (2000, p. 32) propõe que “para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar por projetos, propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los”. Segundo Machado (1996, p.03), “a capacidade de elaborar projetos pode ser identificada como a característica mais verdadeiramente humana; apenas o homem é capaz não só de projetar como também, e primordialmente, de viver sua própria vida como um projeto”.

Concordando com essas visões sobre a importância da prática ou da mobilização das competências e da contribuição dos projetos como meio de ensino e aprendizado empreendedor.

Segundo Leite (2002), apesar dessas visões, tem-se observado que a maioria das escolas não oferece essa oportunidade prática. Ao contrário, a ênfase é maior no conhecimento ou na informação e insuficiente na competência quando deveriam ser voltados para a experimentação ativa em relação à observação reflexiva, ou seja, gerar um conflito entre a experiência concreta e a conceituação abstrata.

A importância da inclusão da Educação Empreendedora na análise das interações entre Sustentabilidade, Empreendedorismo e Capital Social se apoia no fato de que o pensamento sustentável é, por excelência, um pensamento de longo prazo e não há como pensar em longo prazo, em termos de sociedade, sem se pensar em educação. Assim como é importante identificar e capacitar os empreendedores atuais é, talvez, ainda mais importante pensar nos empreendedores que darão sustentação ao futuro.

### Considerações finais

Se por um lado é notória a necessidade de incorporar a discussão da sustentabilidade nos mais diversos segmentos da sociedade civil, empresarial e governamental, é possível afirmar também que muitas ações devem ser feitas. A sociedade civil emerge como protagonista desse processo de construção dos pilares para um desenvolvimento mais responsável e abrangente. O aspecto econômico é de suma importância, mas as questões sociais e ambientais não podem ser colocadas em segundo plano. A mudança do paradigma de desenvolvimento influencia e é impactada por todos os principais atores da sociedade. O novo cenário implica na assunção de responsabilidades, porém resulta também em um descortinar de inúmeras oportunidades e possibilidades.

Para atingir o objetivo desse trabalho que é a convergência dos três pilares principais: Empreendedorismo, Sustentabilidade e Capital Social em Educação, este artigo apresentou uma revisão teórica sobre a sustentabilidade nos mais diversos segmentos da sociedade civil, empresarial e governamental. Para realizar essa revisão temática, foi definido como assunto da pesquisa e por consequência palavras chaves: empreendedorismo; desenvolvimento local; sustentabilidade. Nesse novo paradigma o desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelo desenvolvimento e consolidação dos capitais humanos e sociais.

As sociedades precisam de todo o Capital Social disponível para fazer a transição entre o modelo atual e o desenvolvimento sustentável. Empresários, governos, organizações não governamentais, sindicatos, órgãos de classe, representantes da sociedade civil e demais atores sociais desempenham um papel decisivo. A participação civil na criação e condução de projetos ou empreendimentos sociais é elemento fundamental na geração de capital social que só se concretiza na existência de capital humano ou, em última análise, com a participação de empreendedores privados e sociais.

No alcance desse modelo sustentável, não apenas novos padrões de produção e distribuição de bens e serviços e do uso dos recursos naturais devem ser almejados, mas necessita-se também repensar os padrões de consumo das próprias pessoas. Não só o esforço das organizações que desenvolvem e oferecem seus produtos e serviços sociais, mas também um posicionamento firme do poder público.

Formar e estimular, em todos os níveis da educação, a formação de empreendedores privados mais conscientes de suas responsabilidades e do papel extremamente relevante das empresas para uma sociedade sustentável; empreendedores sociais que mobilizem e articulem a sociedade civil em torno das soluções para os problemas que afligem a sociedade e cidadãos mais conscientes, atuantes e influenciadores é desafiador. Mas nessa perspectiva a Educação Empreendedora pode trazer uma grande contribuição para a construção de uma sociedade economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa. Apoiar, capacitar, acompanhar e financiar a geração atual e futura dos empreendedores sociais e privados é crucial para se aumentar o estoque de Capital Social local. Assim, o principal ponto de convergência dos três pilares principais deste trabalho: Empreendedorismo, Sustentabilidade e Capital Social se chama educação.

## Referências

- ACÚRCIO, M. R. B. **O Empreendedorismo na Escola**. São Paulo: Pitágoras, 2005.
- ANGELO, E. B. **Empreendedor Corporativo: A nova postura de quem faz a diferença**. 1. ed. São Paulo: Negócio, 2003.
- ASHOKA. **Ashoka Empreendedores Sociais**. Disponível em: <[www.ashoka.org.br](http://www.ashoka.org.br)>.
- Acesso em 22 junho. 2014.
- BMF&BOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial . Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acessado em: 24 junho 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Estabelece Normas de Proteção e Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)>. Acesso em 24: jun. 2014.
- CALDER, W.; CLUGSTON, R. M. **Progress toward sustainability in higher education**. Environmental law institute: news & analysis. Washington, DC: Environmental Law Institute, 2003.
- CASANOVA, L.; DAYTON-JOHNSON, J. E. F. F.; FONSTAD, N. O.; PIETIKÄINEN, A. Innovation in Latin America: Recent Insights. The Global Innovation Index 2011. p.65-p.75. 2011.
- DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**, 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**, 5. ed. São Paulo: Thompson Pioneira, 2004.
- FROES, C.; MELO, F. P. **Empreendedorismo Social**, 1. ed. São Paulo: Qualitymark, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2007.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas – RAE. São Paulo, v. 35, n. 2: 57-63, 1995.
- GROOTAERT, C.; BASTELAER, T. **Understanding and Measuring Social Capital: A Synthesis of Findings and Recommendations from the Social Capital Initiative**. Social Capital Initiative Working Paper, n. 24, april 2001.
- HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: Aumentando a competitividade através do intra-empresariado**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ISE. Índice de sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <<http://isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=1>>. Acessado em: 24 junho 2014.
- LEADBETTER, C. **The rise of the social entrepreneur**. Demos, London, 1997.
- LEITE, V. F. C. recente demanda pela educação empreendedora com métodos apropriados e o caso UNIFEI. In: Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2002
- MACHADO, N. J. **Anotações para a elaboração de uma idéia de cidadania**. Instituto de Estudos Avançados da

Universidade de São Paulo. IEA/ USP. 1996. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/machadoideiadecidada-nia.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2013. MASCARENHAS, C. R. **O Capital Social em Apuarema, Nova Ibiá, Pirai do Norte e Presidente Tancredo Neves (Bahia):** Análise das dimensões cívica e institucional, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MEC. **Consumo Sustentável:** Manual de educação. Brasília: Consumers International. MMA. MEC. IDEC, 2005. 160 p.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferência Regional ISTR-LAC San Jose, Costa Rica, 8-10 de outubro de 2003.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis:** An Expanded Sourcebook. London: Sage, 1994.

MORAIS, P. R. B. **Contribuições Pedagógicas para o Ensino de Empreendedorismo.** Limeira: Faculdade de Administração e Artes de Limeira, 2005. 24 p.

MORAIS, P. R. B. **Estruturação de produtos educacionais para a capacitação empreendedora de alunos da Educação Básica:** um estudo de casos múltiplos. Ribeirão Preto, 2009. 160 p.

OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo Social no Brasil:** atual configuração, perspectivas e desafios. Revista da FAE, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

PELLMAN, R.; PINCHOT, G. **Intra-Empreendedorismo na Prática:** Um guia de inovação, 1. ed. São Paulo: Campus, 2004.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada:** das Intenções à Ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIEV. Protocolo de Intenções da Economia Verde. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 2010. Disponível em <[http://www.ambiente.sp.gov.br/economiaverde2/Download/protocolo\\_intencoes.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/economiaverde2/Download/protocolo_intencoes.pdf)> Acessado em: 13 abril 2015.

PUTNAM, R. **Bowling Alone:** America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

RATTNER, H. **Prioridade: construir capital social.** Revista Espaço Acadêmico. vol. 2, nº 21, 2003.

ROCHA, M. T.; HANS, D.; GONTIJO, M. J. **Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis:** Plano de Negócios como Ferramenta do Desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, 2005.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Fundo de Cultura, 1961.

SEQUINEL, M. C. M. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo:** entre o sonho e o possível. **Análise Conjuntural**, v.24, n.11-12, p.12, nov./dez. 2002.

SMASP. Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo. São Paulo: SMA/CPLA, 2010. 144p.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014:** documento final do esquema internacional de implementação. Brasília : UNESCO, 2005. 120p.

UNESCO. **De economias verdes a sociedades verdes:** compromisso da UNESCO com o desenvolvimento sustentável. Brasília: UNESCO, 2012. 78p.

WCED. **Report of the World Commission on Environment and Development:** Our Common Future. 1987. 300p.

Recebido em: 09.11.2017

Aprovado em: 06.06.2018